

No. 28473

**BRAZIL
and
SAO TOME AND PRINCIPE**

Cultural Agreement. Signed at Brasília on 26 June 1984

Authentic text: Portuguese.

Registered by Brazil on 20 November 1991.

**BRÉSIL
et
SAO TOMÉ-ET-PRINCIPE**

**Accord de coopération culturelle. Signé à Brasília le 26 juin
1984**

Texte authentique : portugais.

Enregistré par le Brésil le 20 novembre 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de fortalecer os laços comuns de amizade e compreensão existentes entre seus dois países e, ademais, de promover e desenvolver as relações nos campos da cultura e da educação, e orientados pelos princípios de respeito mútuo à soberania e independência de cada uma das Partes,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes encorajarão e desenvolverão a cooperação entre os seus dois países nos campos da cultura, educação, artes e esportes, bem como o intercâmbio de professores universitários e secundários e de estudantes.

ARTIGO II

Cada Parte Contratante se esforçará por tornar mais conhecida a sua cultura aos nacionais da outra Parte, através da organização de conferências, concertos, exposições e manifestações artísticas, de representações teatrais, exibições cinematográficas de caráter educativo, bem como de programas de rádio e de televisão e da promoção do estudo da história e da literatura da outra Parte nos estabelecimentos educacionais adequados de seu país.

ARTIGO III

1. Com vistas à melhor compreensão e ao melhor conhecimento das respectivas culturas e civilizações, as Partes Contratantes organizarão, dentro dos limites das suas respectivas leis, programas para o intercâmbio de livros, periódicos, fotografias, jornais, publicações culturais, revistas e fitas magnéticas, assim como de informações sobre os dados estatísticos referentes ao desenvolvimento geral dos seus respectivos países.

2. Com a finalidade de cooperação no domínio da comunicação de massa, as Partes Contratantes se comprometerão a organizar programas para o intercâmbio de filmes, de material jornalístico, de rádio e televisão, bem como de material cinematográfico.

3. Com a mesma finalidade mencionada nos parágrafos anteriores, as Partes Contratantes facilitarão o intercâmbio de informações sobre seus respectivos museus, bibliotecas e outras instituições culturais.

ARTIGO IV

1. Cada Parte Contratante concederá, na medida do possível, aos cidadãos da outra, as mesmas facilidades educacionais que são concedidas aos seus próprios nacionais, adotando-se para tal critérios equivalentes.

2. Cada Parte Contratante concederá aos estudantes e alunos da outra os mesmos privilégios e vantagens que são normalmente concedidos aos seus próprios nacionais.

ARTIGO V

1. Cada Parte Contratante se comprometerá a facilitar a cidadãos da outra Parte, na medida de suas respectivas possibilidades, o ingresso, para cursos de graduação e de pós-graduação, em suas universidades e outras instituições superiores de ensino, desde que exigências de qualificação educacional sejam atendidas.

2. Para esse fim, no que se refere a estudos de graduação, cada Parte Contratante comunicará à outra, anualmente e por via

diplomática, a oferta relativa às áreas de estudo e ao número de estudantes da Parte beneficiária que serão aceitos para ingresso na série inicial do curso de graduação escolhido nas instituições de ensino superior da Parte ofertante. Os estudantes a serem beneficiados por essa medida serão selecionados de comum acordo e de conformidade com as disposições legais vigentes em cada país. Tais estudantes, após selecionados, gozarão dos seguintes privilégios e vantagens:

- a) isenção de exame de admissão; e
- b) isenção de taxas e gravames escolares.

3. Cada Parte Contratante reconhecerá, para fins de exercício profissional, em seu território, os títulos e os diplomas concedidos a seus nacionais por instituições da outra Parte Contratante, respeitada a legislação vigente sobre a matéria em cada país.

4. Cada Parte Contratante reconhecerá, para fins de prosseguimento de estudos em suas instituições superiores de ensino, os títulos e os diplomas concedidos pelas instituições da outra Parte, respeitadas as disposições legais vigentes em cada país.

5. Ambas as Partes Contratantes reconhecem que o retorno ao país de origem, ao término de seus estudos, do estudante beneficiário das facilidades previstas neste artigo, é condição essencial para que haja vantagens mútuas no intercâmbio de estudantes previsto neste Acordo.

6. Cada Parte Contratante fornecerá à outra Parte, por via diplomática, particularidades sobre a regulamentação de seus respectivos programas de intercâmbio estudantil, nos níveis de graduação e pós-graduação.

ARTIGO VI

Cada Parte Contratante facilitará aos nacionais da outra Parte o acesso a seus monumentos, instituições científicas, centros de pesquisas, bibliotecas, coleções de arquivos públicos e outras instituições culturais controladas pelo Estado.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes favorecerão a cooperação esportiva e a realização de competições entre equipes dos dois países.

ARTIGO VIII

Para dar execução ao presente Acordo, as Partes Contratantes elaborarão conjuntamente, por via diplomática, planos concretos de intercâmbio cultural e educacional. Para tal fim, as conversações realizar-se-ão, alternadamente, no Brasil e em São Tomé e Príncipe.

ARTIGO IX

Os assuntos financeiros referentes à execução do presente Acordo serão regulados por consulta mútua.

ARTIGO X

Qualquer emenda ao presente Acordo, ou a sua revisão, deverá ser proposta por escrito e entrará em vigor depois da aprovação por ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO XI

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca de notas que confirmem sua ratificação pelos respectivos Governos de acordo com os procedimentos constitucionais das Partes Contratantes, e permanecerá em vigor por um período de quatro anos a partir da data da conclusão da referida troca de notas. Após esse período, a validade do presente Acordo será automaticamente renovada por períodos adicionais de um ano e por acordo tácito, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito, com a antecedência de seis meses de sua expiração, a intenção de denunciá-lo.

ARTIGO XII

Expirado ou denunciado o presente Acordo, suas disposições continuarão a reger quaisquer obrigações não concluídas, assumidas ou

iniciadas sob a égide do presente Acordo. Tais obrigações serão executadas até seu término.

Feito em Brasília, aos 26 dias do mês de junho de 1984, em dois exemplares, ambos em língua portuguesa, fazendo os dois igualmente fé.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:

[*Signed — Signé*]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo
da República Democrática
de São Tomé e Príncipe:

[*Signed — Signé*]

MARIA DE AMORIM

[TRANSLATION — TRADUCTION]

CULTURAL AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERN-
MENT OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF SAO TOME AND
PRINCIPE

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the Democratic Republic of Sao Tome and Principe,
(Hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Desiring to strengthen the common ties of friendship and understanding be-
tween their two countries and to promote and develop their relations in the fields of
culture and education, and guided by the principles of mutual respect for the sover-
eignty and independence of each of the Parties,

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties shall foster and develop cooperation between their two
countries in the fields of culture, education, the arts and sport, and exchanges of
university lecturers, secondary school teachers and students.

Article II

Each Contracting Party shall make its culture better known to nationals of the
other Party, through the organization of lectures, concerts, art exhibitions and
events, theatre productions, educational film shows and radio and television pro-
grammes, as well as to promote the study of the history and literature of the other
Party in its appropriate educational establishments.

Article III

1. With a view to greater understanding and knowledge of their respective
cultures and civilizations, the Contracting Parties shall organize, within the limits of
their respective laws, programmes for the exchange of books, periodicals, photo-
graphs, newspapers, cultural publications, magazines and tape recordings and infor-
mation on statistical data relating to the overall development of their respective
countries.

2. With a view to cooperation in the field of mass communication, the Con-
tracting Parties shall undertake to organize programmes for the exchange of films,
journalistic materials, radio and television programmes and cinematographic ma-
terials.

3. For the purposes mentioned in the preceding paragraphs, the Contracting
Parties shall facilitate exchanges of information on their respective museums, librar-
ies and other cultural institutions.

¹ Came into force on 27 June 1991, the date of the exchange of notes confirming the ratification by the Contracting Parties pursuant to their constitutional procedures, in accordance with article XI.

Article IV

1. Each Contracting Party shall, to the extent possible, grant to citizens of the other Contracting Party the same educational facilities as are granted to its own nationals, adopting equivalent criteria to that end.

2. Each Contracting Party shall grant to university and secondary school students of the other Contracting Party the same privileges and advantages as are normally granted to its own nationals.

Article V

1. Each Contracting Party shall undertake to facilitate, to the extent possible, the admission of citizens of the other Party possessing the requisite academic qualifications to undergraduate and postgraduate courses in its universities and other higher education establishments.

2. To that end, each Contracting Party shall notify the other annually, through the diplomatic channel, of the areas of undergraduate study available in its institutions of higher education and the number of students from the beneficiary Party who will be accepted for admission to the entry level in the undergraduate course chosen. The students who are to benefit from this measure shall be selected by mutual agreement and in accordance with the legal provisions in force in each country. Selected students shall enjoy the following privileges and advantages:

(a) Exemption from entrance examinations; and

(b) Exemption from tuition fees and other charges.

3. Each Contracting Party shall recognize, for purposes of the exercise of a profession in its territory, degrees and diplomas conferred on its nationals by institutions of the other Contracting Party, in accordance with the legislation in force on that matter in each country.

4. Each Contracting Party shall recognize, for purposes of further study in its institutions of higher education, degrees and diplomas conferred by the institutions of the other Party, in accordance with the legal provisions in force in each country.

5. The two Contracting Parties recognize that in order for there to be mutual advantages in the student exchanges provided for in this Agreement, it is essential that the student benefiting from the facilities provided for in this article return to his country of origin on completion of his studies.

6. Each Contracting Party shall provide to the other Party, through the diplomatic channel, details of the regulations governing its undergraduate and postgraduate student exchange programmes.

Article VI

Each Contracting Party shall facilitate access by nationals of the other Party to its monuments, scientific institutions, research centres, libraries, public archives and other State-controlled cultural institutions.

Article VII

The Contracting Parties shall promote sports cooperation and the holding of competitions between teams from the two countries.

Article VIII

In order to implement this Agreement, the Contracting Parties shall jointly formulate, through the diplomatic channel, specific plans for cultural and educational exchanges. To that end, talks shall be held in Brazil and Sao Tome and Principe alternately.

Article IX

Financial matters relating to the implementation of this Agreement shall be settled by mutual consultation.

Article X

Any amendment to or revision of this Agreement shall be proposed in writing and shall enter into force once it has been approved by both Contracting Parties.

Article XI

This Agreement shall enter into force on the date of the exchange of notes confirming its ratification by the two Governments in accordance with the constitutional procedures of the Contracting Parties. It shall remain in force for a period of four years from the date of completion of the aforesaid exchange of notes. After such period, the Agreement shall be automatically renewable by tacit agreement for additional periods of one year, unless one of the Contracting Parties informs the other in writing, six months prior to the date of expiry, that it intends to denounce it.

Article XII

Once this Agreement has expired or been denounced, its provisions shall continue to apply to any outstanding obligations assumed or initiated hereunder. Such obligations shall be fulfilled in their entirety.

DONE at Brasilia on 26 June 1984, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

For the Government
of the Democratic Republic
of Sao Tome and Principe:

[Signed]

MARIA DE AMORIM

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD DE COOPÉRATION CULTURELLE¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DE SAO TOMÉ-ET-PRINCIPE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République démocratique de Sao Tomé-et-Principe,
(Ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Désireux de renforcer les liens communs d'amitié et de compréhension existant entre leurs deux pays et, en outre, de promouvoir et de développer les relations dans les domaines de la culture et de l'éducation, et guidés par les principes du respect mutuel de la souveraineté et de l'indépendance de chacune des deux Parties,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les Parties contractantes encourageront et développeront la coopération entre leurs deux pays dans les domaines de la culture, de l'éducation, des arts et des sports, ainsi que les échanges de professeurs d'universités et de l'enseignement secondaire, et d'étudiants.

Article II

Chaque Partie contractante s'efforcera de faire mieux connaître sa culture aux nationaux de l'autre Partie, par l'organisation de conférences, de concerts, d'expositions et manifestations artistiques, de représentations théâtrales, d'expositions cinématographiques de caractère éducatif, ainsi que de programmes de radiodiffusion et de télévision et d'encouragement de l'étude de l'histoire et de la littérature de l'autre Partie dans les établissements d'enseignement de son pays.

Article III

1. En vue d'une meilleure compréhension et d'une meilleure connaissance des cultures et civilisations respectives, les Parties contractantes organiseront, dans les limites de leurs législations respectives, des programmes d'échanges de livres, de périodiques, de photographies, de journaux, de publications culturelles, de revues et de bandes magnétiques, ainsi que d'informations sur les données statistiques relatives au développement d'ensemble de leurs pays respectifs.

2. Afin d'établir la coopération dans le domaine de la communication de masse, les Parties contractantes s'engageront à mettre au point des programmes pour l'échange de films, de documentation journalistique, de radiodiffusion et de télévision, ainsi que de documentation cinématographique.

3. Aux fins mentionnées dans les paragraphes qui précèdent, les Parties contractantes faciliteront les échanges d'informations sur leurs musées, bibliothèques et autres institutions culturelles respectifs.

¹ Entré en vigueur le 27 juin 1991, date de l'échange de notes confirmant sa ratification par les Parties contractantes en conformité avec leurs procédures constitutionnelles, conformément à l'article XI.

Article IV

1. Chaque Partie contractante accordera, dans la mesure des possibilités, aux citoyens de l'autre Partie, les mêmes facilités d'enseignement qui sont accordées à ses propres nationaux, en adoptant à cet effet des critères équivalents.
2. Chaque Partie contractante accordera aux étudiants et aux élèves de l'autre Partie les mêmes privilèges et avantages qui sont normalement accordés à ses propres nationaux.

Article V

1. Chaque Partie contractante s'engagera à faciliter aux citoyens de l'autre Partie, dans la mesure de ses possibilités, l'admission aux cours universitaires et postuniversitaires, dans ses universités et autres établissements d'enseignement supérieur, pourvu qu'il soit satisfait aux exigences de qualification en matière d'éducation.

2. A cette fin, en ce qui concerne les études universitaires, chaque Partie contractante communiquera à l'autre, annuellement et par la voie diplomatique, une offre relative aux domaines d'études et au nombre d'étudiants de la Partie bénéficiaire qui seront admis à suivre le premier cycle du cours universitaire choisi dans les établissements d'enseignement supérieur de la Partie invitante. Les étudiants devant bénéficier de cette mesure seront sélectionnés d'un commun accord et conformément aux dispositions législatives en vigueur dans chaque pays. Ces étudiants, après avoir été sélectionnés, jouiront des privilèges et avantages suivants :

- a) Dispense d'examen d'admission; et
- b) Exemption des taxes et droits d'inscription.

3. Chaque Partie contractante reconnaîtra sur son territoire, aux fins de l'exercice des activités professionnelles, les titres et diplômes délivrés à ses nationaux par les établissements de l'autre Partie contractante, dans le respect de la législation en vigueur en la matière dans chaque pays.

4. Chaque Partie contractante reconnaîtra, aux fins de la poursuite des études dans ses établissements d'enseignement supérieur, les titres et les diplômes délivrés par les établissements de l'autre Partie, dans le respect des dispositions législatives en vigueur en la matière dans chaque pays.

5. Les deux Parties contractantes reconnaissent que le retour au pays d'origine, au terme de leurs études, des étudiants bénéficiaires des facilités prévues dans le présent article, constitue une condition essentielle pour que le programme d'échanges d'étudiants prévu dans le présent Accord présente des avantages mutuels.

6. Chaque Partie contractante fournira à l'autre Partie, par la voie diplomatique, des détails concernant la réglementation de ses programmes respectifs d'échanges d'étudiants, aux niveaux universitaire et postuniversitaire.

Article VI

Chaque Partie contractante facilitera aux nationaux de l'autre Partie l'accès à ses monuments, établissements scientifiques, centres de recherche, bibliothèques, recueils d'archives publiques et autres institutions culturelles placées sous le contrôle de l'Etat.

Article VII

Les Parties contractantes favoriseront la coopération sportive et l'organisation de compétitions entre équipes des deux pays.

Article VIII

Aux fins d'exécution du présent Accord, les Parties contractantes prépareront conjointement, par la voie diplomatique, des plans concrets d'échanges culturels et éducationnels. A cette fin, les entretiens auront lieu, alternativement, au Brésil et à Sao Tomé-et-Principe.

Article IX

Les questions financières relatives à l'exécution du présent Accord seront réglées par consultation mutuelle.

Article X

Toute modification ou révision du présent Accord devra être proposée par écrit et entrera en vigueur après approbation par les deux Parties contractantes.

Article XI

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de l'échange de notes confirmant sa ratification par les Gouvernements respectifs conformément aux procédures constitutionnelles des Parties contractantes, et restera en vigueur pendant une période de quatre ans à compter de la date à laquelle aura eu lieu l'échange de notes ci-dessus mentionné. A l'expiration de cette période, la validité du présent Accord sera automatiquement reconduite par périodes supplémentaires d'une année et par accord tacite, à moins que l'une des Parties ne fasse connaître à l'autre, par écrit, six mois avant l'expiration de l'Accord, son intention de le dénoncer.

Article XII

Après expiration ou dénonciation du présent Accord, ses dispositions continueront de régir toutes obligations non remplies, assumées ou entreprises dans le cadre de cet Accord. Les obligations de cette nature seront exécutées dans leur intégrité.

FAIT à Brasília, le 26 du mois de juin 1984, en deux exemplaires, tous deux en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pour le Gouvernement
de la République démocratique
de Sao Tomé-et-Principe :

[Signé]

MARIA DE AMORIM